

Liminares voltam a reduzir arrecadação fiscal

Rodrigo Bittar

De Brasília

A Secretaria da Receita Federal apurou em junho a menor arrecadação mensal do ano: R\$ 19,834 bilhões, incluídas as receitas extraordinárias. O resultado é 10,5% inferior ao registrado em maio passado (R\$ 22,159 bilhões), quando houve um forte aumento no recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos pela Petrobras.

Comparando-se o primeiro semestre deste ano com o mesmo período do ano passado, houve um crescimento da arrecadação de 1,8%. A preços correntes, corrigidos pelo IPCA, os recolhimentos

saltaram de R\$ 132,970 bilhões para R\$ 135,369 bilhões em 2003.

Apesar de o desempenho semestral ser superior ao do ano passado — quando houve uma arrecadação de receitas extraordinárias R\$ 5,989 bilhões maior no mesmo período —, um fator preocupa Ricardo Pinheiro, secretário-adjunto da Receita, em relação ao desempenho atual: as ações judiciais que impediram a arrecadação de pelo menos R\$ 1,7 bilhão em Cide e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Em relação à Cide, o secretário percebeu uma ligeira melhora no quadro, uma vez que a projeção de perda da arrecadação no ano caiu de 860 milhões em maio para R\$ 780 milhões. “O judiciário está cas-

sando algumas liminares e os juízes também estão concedendo menos”, comentou o secretário. “Isso já é uma vitória”, classificou.

No caso do IPI, no entanto, a preocupação ainda não diminuiu. Vários juízes continuam concedendo liminares para que empresas obtenham créditos desse tributo, fator que contribuiu com as quedas de 19,19% na arrecadação do IPI-Automóveis no semestre e de 12,93% no IPI-Outros comparando-se os dois períodos.

“Se Deus quiser, com o fim das férias do Judiciário (em agosto) vamos conseguir reverter esse quadro explicitando os conceitos de alíquota-zero, isenção e não tributação”, disse. Essa definição é importante porque as empresas se

beneficiam de brechas conceituais para obterem as liminares que isentam alguns produtos da incidência de IPI. A estimativa inicial da Receita era arrecadar com o IPI cerca de R\$ 21,2 bilhões em 2003. Até junho, o governo conseguiu recolher R\$ 9,607 bilhões.

Pinheiro adiantou que a Receita ainda não fez qualquer simulação sobre a proposta de redução do IPI para automóveis populares, elaborada pelo governo como incentivo às vendas das montadoras. No entanto, ele fez uma ressalva: “Se voltarmos a ter os carros populares como alavancador de produção, poderemos ter problemas com as exportações, porque o que vendemos para fora certamente não são carros populares.”